



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
(ESCOLA QUE PROTEGE)

BRUNO MENESES RODRIGUES

**DISCUTINDO OS DIREITOS INFANTO-JUVENIS NUMA PERSPECTIVA
TRANSVERSAL: estratégias para melhorar a relação professor-aluno e a
indisciplina em sala de aula**

**São Cristóvão - SE
Outubro de 2015**

BRUNO MENESES RODRIGUES

**DISCUTINDO OS DIREITOS INFANTO-JUVENIS NUMA PERSPECTIVA
TRANSVERSAL: estratégias para melhorar a relação professor-aluno e a
indisciplina em sala de aula**

Trabalho de conclusão de curso apresentado em forma de Plano de Intervenção em cumprimento a uma das exigências para obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege).

Eixo temático: Escola como espaço de promoção da cidadania e mediação de conflitos.

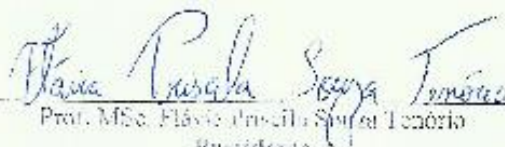
Professor/a Orientador/a: Msc. Flávia Priscila Souza Tenório

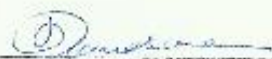
**São Cristóvão - SE
Outubro de 2015**

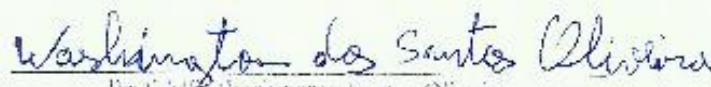


COMISSÃO JULGADORA

Plano de Intervenção do(a) docente Bruno Vitorino Rodrigues com o título "*Discussão os direitos infantis – juvenis numa perspectiva transvetorial: Estratégias para melhorar a relação professor-aluno e a indisciplina na escola*", defendido e aprovado em 28 de novembro de 2015 pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:


Prof. MSc. Flávia Amélia Soares Teófilo
Presidente


Prof. Dr. Sirlene Alves Damascena
Membro Titular


Prof. MSc. Washington Santos Oliveira
Membro Titular

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela saúde e força para conseguir realizar todos os meus objetivos.

Aos meus pais, por todo apoio e confiança que sempre depositaram em mim.

À Universidade Federal de Sergipe pelo ensino gratuito e de qualidade.

Aos coordenadores e professores do curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar pelas contribuições no decorrer do curso.

À professora orientadora Msc. Flávia Tenório, pela sabedoria, dedicação e contribuições fundamentais na condução deste trabalho.

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este plano de intervenção tem como objetivo desenvolver em caráter participativo com o aluno, estratégias de aprendizagem com base nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais e no Estatuto da Criança e do Adolescente, que possibilitem melhorar os conflitos da relação professor-aluno e a indisciplina em sala de aula. A pesquisa foi realizada com professores e alunos do 8º ano de uma Escola Municipal, localizada no município de Estância-SE, onde a ocorrência de indisciplina se configura como um dos principais conflitos que interferem no dia-a-dia de sala de aula. Para o levantamento das informações foram analisados o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Interno, além da aplicação de questionários para alunos e professores referentes à indisciplina e temas e estratégias de ensino. A análise do diagnóstico revelou que professores consideram diversas situações como indisciplina e acreditam que o diálogo e respeito mútuo podem reverter essa situação associados a temas transversais e estratégias diversificadas de ensino. Os alunos consideram importante manter uma boa relação com o professor, porém entendem como indisciplina apenas casos de agressão verbal e/ou física. Atendendo aos objetivos dos PCN, considerou-se as opiniões dos alunos que manifestaram interesse por temas como ECA, violência escolar e educação ambiental. As estratégias de intervenção deste estudo buscam articular temas transversais ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Palavras-chaves: Indisciplina. Ensino-aprendizagem. Ética.

ABSTRACT

This action plan aims to develop participatory in character with the student, learning strategies based on cross-cutting issues of National Curriculum Parameters and in the Statute of the Child and Adolescent, which allow to improve the teacher-student relationship conflicts and indiscipline in classroom. The survey was conducted with teachers and students of the 8th grade of a Municipal School, located in the municipality of Estância-SE, where the occurrence of indiscipline is configured as one of the main conflicts that interfere with the daily life of the classroom. For the removal of information were analyzed the Pedagogical Political Project and the Internal Rules of the school, in addition to the application of questionnaires to students and teachers relating to the indiscipline and themes and teaching strategies. The diagnostic analysis revealed that teachers consider various situations as indiscipline and believe that dialogue and mutual respect can reverse this situation, associated with the cross-cutting issues and diverse teaching strategies. Students consider important to maintain a good relationship with the teacher, but understand how indiscipline just cases of verbal and/or physical aggression. In view of the objectives of the NCPS, the opinions of students who have expressed interest in topics such as ECA, school violence and environmental education. The study intervention strategies seek to articulate transversal themes to the Statute of the Child and Adolescent.

Key words: Indiscipline. Teaching and learning. Ethics.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Concepções dos professores sobre indisciplina e estratégias diversificadas de ensino-----	33
Quadro 2: Concepções dos alunos sobre indisciplina e temas e estratégias de interesse-----	34
Quadro 3: Ação 1 - Elaboração das estratégias de intervenção-----	38
Quadro 4: Ação 2 - Conhecendo o ECA-----	39
Quadro 5: Ação 3- Trabalhando o diálogo e o respeito em sala de aula-----	39
Quadro 6: Ação 4 : Discutindo o Regimento Interno-----	40
Quadro 7: Ação 5- Discutindo a indisciplina escolar e as relações interpessoais na escola-----	41
Quadro 8: Ação 6 : Seminário final-----	41
Quadro 9: Ação 7 : Continuidade do plano: círculo restaurativo-----	42
Quadro 10: Ficha de avaliação-----	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO	11
1.1 Educação e cidadania.....	11
1.2 A educação escolar.....	13
1.3 O ECA na escola.....	14
1.4 A LDB 9.394/1996.....	16
1.5 Os Parâmetros Curriculares Nacionais.....	17
1.6 A relação professor-aluno no processo de ensino e aprendizagem.....	17
1.7 A motivação na aprendizagem.....	20
1.8 A desmotivação da aprendizagem – Possíveis causas e possíveis estratégias de intervenção.....	22
1.9 A indisciplina na sala de aula.....	25
CAPÍTULO 2: DIAGNÓSTICO	28
2.1 Identificação da escola.....	28
2.2 A comunidade escolar.....	29
2.3 Organização do trabalho pedagógico.....	29
2.4 A relação professor-aluno e a indisciplina em sala de aula.....	32
CAPÍTULO 3: PLANO DE INTERVENÇÃO	36
3.1 Delimitação do problema.....	36
3.2 Justificativa.....	36
3.3 Objetivos.....	37
3.4 Metodologia.....	38
3.5 Avaliação.....	43
3.6 Cronograma.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
APÊNDICE – Questionário.....	50
ANEXO – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	54

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta um plano de intervenção escolar elaborado a partir da investigação e análise de problemas frequentes em sala de aula observados numa escola pública de Ensino Fundamental. Os problemas identificados com maior ocorrência pelos professores desse estabelecimento de ensino foram: a indisciplina e a falta de interesse dos alunos pelo estudo. Em ambos os casos, a relação professor-aluno tem sido afetada, o que pode vir a comprometer a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

A escola em questão pertence à rede municipal de ensino. Localizada no município de Estância-SE, oferece no turno matutino e vespertino, os níveis de educação infantil e ensino fundamental, e no turno noturno, a educação de jovens e adultos. A escola possui um total de 860 alunos matriculados e quadro docente completo. O que se refere ao contexto escolar e à organização pedagógica será abordado no capítulo 2.

Este plano de intervenção tem como objetivo geral desenvolver, em caráter participativo com o aluno, estratégias motivadoras de aprendizagem com base nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais e no Estatuto da Criança e do Adolescente, que possibilitem melhorar os conflitos da relação professor-aluno e a indisciplina em sala de aula.

Como objetivos específicos pretende-se: analisar, junto aos professores e coordenadores pedagógicos, estratégias de mediação para as situações de conflitos na escola no que diz respeito ao comportamento dos alunos; investigar os interesses dos alunos sobre temas e estratégias de ensino diversificadas, com base nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais; conhecer os efeitos da indisciplina em sala de aula a partir da ótica dos alunos; verificar a evolução dos alunos durante o plano de intervenção - interesse em aprender e melhorar o comportamento em sala de aula; avaliar os resultados do plano de intervenção e promover um seminário final com todos os envolvidos no projeto (alunos, professores, gestores, família).

O interesse pelo tema surgiu a partir de encontros pedagógicos e de reuniões de professores ocorridos na escola, onde a questão da indisciplina em sala de aula era considerada e debatida por muitos como um dos principais problemas que além de

dificultar o trabalho do professor, prejudica severamente o desempenho do aluno nas atividades.

Garcia (1999, p.101) destaca que “a indisciplina tem sido intensamente vivenciada nas escolas, apresentando-se como uma fonte de estresse nas relações interpessoais, particularmente quando associada a situações de conflito em sala de aula”.

Essa problemática compromete a qualidade do ensino-aprendizagem, uma vez que, manter a harmonia do ambiente escolar é essencial para tornar o processo produtivo. Além de prejudicar o aprendizado do aluno, a indisciplina também se configura como uma das causas que levam professores a se afastarem da sala de aula.

Na busca por alternativas para sanar ou diminuir essa situação, é importante conhecer a ótica do aluno, o que pensa e quais suas expectativas. De acordo com Souza (2006), o aluno deve ter um papel significativo na construção do seu conhecimento, cabendo ao professor mediar o processo, levando em consideração suas opiniões, procurando metodologias de intervenção adequadas e dialogando com seu aluno.

Desta forma, o aluno terá motivação em buscar novos conhecimentos e oportunidades, envolvendo-se com o processo de aprendizagem e participando das atividades com entusiasmo e disposição para novos desafios (ALCARÁ, 2007). Para alcançar esses objetivos, e contribuir com a melhoria do processo de ensino-aprendizagem é fundamental uma boa relação professor-aluno.

A intervenção se dará inicialmente com uma turma do 8º ano, escolhida em consenso pelos professores por critérios internos, como: comportamento mais acentuado de indisciplina em sala de aula, desinteresse pelas atividades escolares e baixo rendimento escolar. Os temas de interesse sugeridos aos alunos na investigação foram adaptados dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, como: Ética e Cidadania, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo, além da inserção de temas locais.

A metodologia utilizada para diagnosticar o problema iniciou-se com observações dentro do espaço escolar e participação em reuniões pedagógicas com o objetivo de investigar quais os principais conflitos existentes na escola. Posteriormente, buscou-se conhecer sobre a organização pedagógica da Escola, por meio de entrevista com a Diretora do estabelecimento e da análise do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Interno. Dando continuidade a coleta de informações, foram aplicados dois

questionários, um para o professor e outro para o aluno, a fim de conhecer as diferentes visões sobre a indisciplina e o interesse por temas e estratégias de ensino. Participaram da pesquisa 4 professores e 15 alunos, escolhidos por amostragem aleatória simples.

Este plano está estruturado da seguinte forma: o capítulo 1 apresenta o referencial teórico sobre o tema, à educação escolar e sua relação com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a LDB, a relação professor-aluno, a motivação no processo de aprendizagem e a problemática da indisciplina em sala de aula. O capítulo 2 apresenta o diagnóstico realizado na escola, o levantamento das informações de professores e alunos que deram subsídio para a realização da proposta de intervenção. No capítulo 3 serão descritas as etapas do plano. Com base na análise dos resultados obtidos no diagnóstico, serão apresentadas as metas e as estratégias de intervenção para o problema identificado na escola.

CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Educação e cidadania

A educação possui um papel fundamental na sociedade. Enquanto fenômeno social deve ser entendida como uma formação ampla de homem e de sociedade que influencia as relações entre os seres, por meio de normas estabelecidas na sociedade. Assim, um conjunto de atos, regras e normas, tido como satisfatório para um determinado grupo constitui um modelo educativo para formar os indivíduos desse grupo.

Segundo Brandão (1981, p.10), “da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas e mistérios do aprender; primeiro sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos”. Percebe-se, portanto, que a educação se confunde com as nossas práticas, vivenciadas no cotidiano e se alteram conforme as mudanças no contexto das sociedades. Consiste em favorecer o desenvolvimento das aptidões humanas, individual e coletivamente, contribuindo plenamente para a convivência em sociedade.

A educação é um processo permanente e inerente ao viver, isto é, na medida em que vivemos em diferentes situações, estamos sujeitos a educação. O dia-a-dia dos indivíduos é educativo, pois vão criando e recriando formas de vida social. (BARBOSA, 2004). Diante disso, é fundamental assumir uma postura crítica quanto ao tipo de indivíduo que somos e o qual queremos ver em nossa sociedade, considerando o papel da educação na construção de princípios e valores.

Para Carvalho (2004, p. 47)

A educação tem um papel fundamental na produção e reprodução cultural e social e começa no lar/família, lugar da reprodução física e psíquica cotidiana – cuidado do corpo, higiene, alimentação, descanso, afeto –, que constituem as condições básicas de toda a vida social e produtiva. Como processo de socialização, a educação tem duas dimensões: social – transmissão de uma herança cultural às novas gerações através do trabalho de várias instituições; e individual – formação de disposições e visões, aquisição de conhecimentos, habilidades e valores [...]

Nas palavras da autora, o processo educativo tem início na família, onde as atividades diárias reproduzidas constituem as condições básicas de vida. Quando

assume uma dimensão social, deve-se levar em consideração que a educação perpassa gerações, e desta forma, deixa uma herança social e cultural a ser transmitida. Além disso, há também a dimensão individual, na qual o indivíduo expressa suas visões de mundo e assume uma postura ativa na sociedade.

Brandão (1981) considera a educação como um dos meios de que a humanidade utiliza para criar um tipo de homem desejado, ou seja, ela ajuda a pensar tipos de homens. Para Barbosa (2004), “educação é cultura na medida em que se entende por cultura o que está transformado na natureza em consequência do trabalho do homem e significado pela sua consciência”. Analisando as falas dos autores, entende-se que a herança cultural de determinados grupos sociais influencia no comportamento humano, sendo capaz de nortear as normas e valores a serem seguidos.

Libâneo (1994, p.17) destaca que o objetivo da educação é “[...] prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade.” A educação é um fenômeno social e universal, como atividade humana, é indispensável à existência e funcionamento de toda a sociedade (LIBÂNEO, 1994). Desta forma, percebe-se que toda pessoa para conviver em sociedade necessita de conhecimentos e comportamentos sólidos que as tornem aptas a conviver em grupo.

A educação, seja ela formal ou informal, busca repassar e proporcionar aos indivíduos conhecimentos e comportamentos que os tornem aptos a atuarem em todos os setores da sociedade (BIESDORF, 2011). A educação informal ocupa um papel importante na sociedade. Tendo como principal instituição responsável a família, é onde o indivíduo adquire os costumes básicos para o desenvolvimento humano como falar, andar, alimentar-se, entre outros, além dos costumes culturais e morais, que norteam o relacionamento interpessoal. Já a educação formal tem o papel de preparar o educando para atuar efetivamente junto à sociedade, tendo como principal instituição responsável a escola, local onde ocorre a mediação do conhecimento científico.

Siqueira (2004, p.43) considera que “a pessoa, se educada se constrói em diversos ambientes – a Escola é mais um ambiente que se soma a estes outros [...]”. Assim, evidencia-se que a formação oferecida pela escola a partir de diversas experiências, deve propiciar ao educando a capacidade de posicionar-se criticamente, perante a sociedade, analisando e refletindo as diversas situações e tomando as medidas de forma consciente. Além disso, a formação recebida pela família não deve estar

desvinculada da recebida pela escola, pois as duas acontecem em ambientes diferentes, mas cujos vínculos contribuem significativamente para o progresso do educando.

1.2 A educação escolar

A escola se apresenta como uma instituição fundamental para o desenvolvimento intelectual do indivíduo e para a evolução da sociedade. Local onde ocorre a mediação do conhecimento científico e também da formação para o exercício da cidadania. Como instituição social promotora da educação, possui objetivos e metas, empregando e reelaborando os conhecimentos socialmente produzidos.

O papel da escola se modificou com o passar dos anos acompanhando os avanços e necessidades da sociedade, como analisa Golba (2009),

Analisando a história da educação, quando do advento da sociedade moderna, verificamos que as funções relacionadas à Educação, até então de responsabilidade das famílias, da igreja e da comunidade, foram sendo transferidas para uma instituição criada pela sociedade – a escola. Portanto, foi o desenvolvimento histórico da humanidade que fez surgir à necessidade de se criar e de se manter essa instituição especializada em fornecer às pessoas as informações mínimas e a preparação adequada à vida social.

Sabemos que a educação desenvolvida nas escolas não é a única forma do educando aprender. A chamada educação não formal, que acontece no interior das famílias, na comunidade, através de costumes e troca de experiências são fundamentais para as relações estabelecidas em sociedade. No entanto, atualmente, a educação ocorrida no interior das escolas, a chamada educação formal assume um papel protagonista.

Para Gandin (1995) apud Biesdorf (2011), a educação formal escolar possui três objetivos básicos: a formação da pessoa humana, o desenvolvimento da ciência e o domínio da técnica, sendo estes três fatores indispensáveis para que o homem consiga se inserir numa sociedade e viver de acordo com as regras desta sociedade.

Esses três fins têm relação com as necessidades humanas mais fundamentais: a ciência é o meio indispensável para compreender a realidade, a técnica é utilizada para transformar essa realidade, visando o bem estar, e a formação é entendida aqui como elemento básico na realização da identidade das pessoas e dos grupos, incluindo a própria utilização da ciência e da técnica. (GANDIN 1995, p. 96 apud BIESDORF, 2011)

Neste sentido, fica evidente o papel exercido pela educação escolar frente à demanda por cidadãos participativos. Os três objetivos se complementam e tendem a se adaptar as exigências impostas pela realidade social. O conhecimento científico deve servir para que o homem consiga compreender os problemas que os afetam e buscar respostas para solucioná-los.

De acordo com Ferreira (2001, p.22) “[...], um dos mais importantes objetivos da educação é contribuir para o desenvolvimento da autonomia, ajudar os alunos a se tornarem moral e intelectualmente livres, aptos a pensar e agir de forma independente.” Desta forma, a escola deve preparar o educando para as mudanças políticas, culturais e sociais da sociedade, permitindo-os pensar e agir com responsabilidade.

A instituição escolar além de transmitir conhecimentos por meio do desenvolvimento cognitivo, também tem a função de desenvolver habilidades concernentes com normas, valores e atitudes relativas à vida social. Ao promover essa reflexão, a escola estará contribuindo com a formação de valores humanos, possibilitando aos alunos reconhecer seu papel diante da sociedade, seus deveres e também seus direitos.

1.3 O ECA na escola

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é considerado um marco na proteção dos direitos da criança e do adolescente do nosso país, preconizados pela Constituição Federal de 1988.

O ECA, estabelecido pela lei 8.069 de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. “Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade” (Art.2º). Excepcionalmente nos casos expressos em lei, aplica-se às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Em seu Art. 3º, a lei assegura a criança e ao adolescente, oportunidades e facilidades com vistas ao desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade, respeitando os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. É dever da família, da comunidade e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à

educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Art. 4º).

No que se refere ao direito à educação, o Estatuto assegura em seu Art.53, o direito a uma educação voltada ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, visando o exercício da cidadania e sua preparação para o mundo do trabalho, a saber,

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

A necessidade de um conhecimento mais amplo sobre o ECA, demanda a efetivação de políticas públicas e o envolvimento dos diversos segmentos que compõem a rede de proteção dos direitos infanto-juvenis, como: Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Centro de Assistência Psicossocial, Centro de Referência de Assistência Social, Segurança Pública, Ministério Público, unidades de saúde, escola, dentre outros.

A escola como instituição protetora, constitui um importante espaço para a efetivação desses direitos, daí, a obrigatoriedade da inclusão no currículo do ensino fundamental de conteúdos que tratem dos direitos de crianças e de adolescentes, conforme a Lei n. 11.525/2007, que altera a Lei n. 9.394/96 - LDB.

O ambiente escolar deve ser valorizado como local de interação entre criança, professor, currículo, gestão, democracia, família, direitos, deveres e comunidade, ou seja, como um espaço plural, dialógico e dinâmico que em seu ambiente vibrante comporta a organização da própria sociedade trazendo diversas experiências sociais. Ou seja, os atores sociais que atuam na escola – alunos, professores, funcionários, gestores e comunidade – são parte integrante da sociedade e carregam para a instituição problemas e desafios enfrentados no universo social. (SILVA P.; BEZERRA; SILVA W., 2014, p.5)

Os autores ressaltam a pluralidade e anseios das relações interpessoais estabelecidas dentro da escola, desta forma, disseminar o Estatuto da Criança e do Adolescente no ambiente escolar contribui para uma educação voltada para a cidadania, com a formação de alunos conscientes de seus direitos e deveres perante a sociedade. Portanto, desenvolver projetos e ações coletivas no cotidiano escolar, pode contribuir com a melhoria de conflitos escolares.

1.4 A LDB 9.394/1996

No Brasil, a educação escolar é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/1996 que reitera o direito à educação, garantido pela Constituição Federal de 1988.

Esta lei estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, delimitando as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Segundo a LDB 9.394/96, a educação brasileira está dividida em dois níveis: a educação básica, formada por educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e a educação superior.

Conforme proposto no Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade e nas manifestações culturais”. Mais especificamente, constitui-se nos processos formais e organizados, realizados nas escolas, com a finalidade de promover “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 2º. Lei 9.394/1996).

A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (Art.22). A educação infantil, o ensino fundamental gratuito e obrigatório e o ensino médio, são etapas constitutivas da educação básica na organização nacional da educação escolar, e assumem um papel determinante nas relações exercidas na sociedade em que vivemos.

A educação escolar, conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional deve vincular-se às práticas sociais e ao mundo do trabalho, inspirar-se nos ideais de liberdade e apreço à tolerância e princípios de pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, de igualdade de oportunidades para todos terem sucesso, pautados por padrões de qualidade de ensino.

1.5 Os Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram criados em 1997 para servir de referência básica para a elaboração das matrizes de referência do ensino fundamental e médio de todo o país. Têm como objetivo garantir a todas as crianças e jovens brasileiros, mesmo em locais com condições socioeconômicas desfavoráveis, o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania. Ao contrário das Diretrizes Curriculares que são normas obrigatórias por Lei, os PCNs não possuem caráter de obrigatoriedade e, portanto devem ser adaptados a realidade local.

Além de orientar os professores na busca por novas abordagens e metodologias de ensino, quanto ao significado do conhecimento escolar quando contextualizado e quanto à interdisciplinaridade, incentivando o raciocínio e a capacidade de aprender, eles traçam um novo perfil para o currículo, apoiado em competências básicas para a inserção dos jovens na vida adulta.

Segundo as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o currículo das disciplinas está sempre em construção e deve ser compreendido como um processo contínuo que influencia positivamente a prática do professor. Com base nessa prática e no processo de aprendizagem dos alunos os currículos devem ser revistos e sempre aperfeiçoados.

Nesta perspectiva, foram constituídos temas que expressam conceitos e valores relativos à cidadania e democracia e questões importantes para a sociedade atual – os chamados Temas Transversais. São temas para serem trabalhados nas escolas: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo. A escolha desses temas levou em consideração os seguintes critérios: urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental, compreensão da realidade e participação social.

1.6 A relação professor-aluno no processo de ensino e aprendizagem

Em todo processo de aprendizagem humana, a interação entre os indivíduos assume um papel central, pois possibilita ao ser humano exercer sua cidadania.

Conhecer seus direitos e deveres perante a sociedade é fundamental, na medida em que todas as relações sociais são estabelecidas em grupo.

Na escola, as relações humanas acontecem entre os diferentes atores que integram a comunidade escolar. No dia-a-dia do ambiente escolar, são muitos os desafios a serem superados, e para atender as expectativas da sociedade atual e contribuir com a formação cidadã, é fundamental que as relações entre alunos, professores, gestores e funcionários ocorram de forma harmoniosa em um ambiente saudável.

Neste sentido, a escola nos dias atuais, não deve ser apenas um espaço de transmissão de conteúdos desvinculados do cotidiano. É preciso acompanhar as transformações culturais e sociais cada vez mais intensas, valorizando as experiências vividas e a interação entre todos os envolvidos. Segundo Gómez (2001), o papel da escola, além de cumprir o processo de socialização, é oferecer às futuras gerações a possibilidade de questionar a veracidade dos conteúdos, refletir criticamente e tomar decisões autônomas acerca das mudanças sociais e culturais.

Ainda segundo Gómez,

A formação de cidadãos autônomos, conscientes, informados e solidários requer uma escola onde possa-se recriar a cultura, não uma academia para aprendizagens mecânicas ou aquisições irrelevantes, mas uma escola viva e comprometida com a análise e a reconstrução das contingências sociais, onde os estudantes e os docentes aprendem os aspectos mais diversos da experiência humana. (GÓMEZ, 2001, p. 264).

Desta forma, o processo de ensino não se limita apenas à transmissão de conhecimentos, mas sim, adéqua o conteúdo a realidade do aluno. Isso pode ocorrer por meio de uma postura que não seja só através de conteúdo escolar, para que o educando também possa mudar sua visão de mundo diante de fatos cotidianos, que associados aos conteúdos poderão proporcionar uma mudança conceitual por meio de uma aprendizagem mais significativa.

Pesquisas na área de educação (Libâneo, 1994; Freire, 1996; Souza, 2006; Lima, 2000; Morales, 1998) destacam a importância da boa interação professor-aluno na escola como um dos fatores que levam ao sucesso no processo ensino-aprendizagem. Para muitos autores, essa relação constitui o centro do processo educativo.

Visando uma prática educativa eficiente é fundamental conhecer bem todas as dinâmicas envolvidas na escola, sendo a relação estabelecida entre professor e aluno

uma condição indispensável para a mudança do processo de aprendizagem, pois dinamiza e dá sentido ao processo educativo. De acordo com Libâneo (1994, p.249), “as relações entre professores e alunos, as formas de comunicação, os aspectos afetivos e emocionais, a dinâmica das manifestações na sala de aula fazem parte das condições organizativas do trabalho docente [...]”.

A constante transformação da sociedade requer também uma mudança de postura da escola frente às novas demandas de ensino. Logo, o papel do educador também deve adequar-se as novas exigências, pois o ensino é social, ou seja, envolve necessariamente relações com outras pessoas.

Sobre o papel do professor, Freire comenta que:

O bom professor é o que consegue, enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento de pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma “cantiga de ninar”. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas. (FREIRE, 1996, p. 96).

Percebemos o desafio incessante do professor de influenciar seus alunos para o envolvimento com o trabalho pedagógico. Então, cabe ao professor, conduzir o processo de aprendizagem, contribuindo na construção crítica-reflexiva do aluno. Para alcançar esses objetivos, e contribuir com a melhoria do processo de ensino-aprendizagem é fundamental uma boa relação professor-aluno.

Segundo Libâneo (1994, p.149), “o processo de ensino se caracteriza pela combinação de atividades do professor e dos alunos. Estes pelo estudo das matérias, sob a direção do professor, vão atingindo progressivamente o desenvolvimento de suas capacidades mentais [...]”.

O professor, hoje em dia, deve agir como mediador do processo de ensino-aprendizagem, construindo com o aluno os conceitos. Para isso, é preciso estabelecer uma relação de confiança e respeito mútuo, ter autoridade sem ser autoritário. Neste sentido, Souza (2006) considera que a função do professor é valorizada, não na forma do poder, mas na dinâmica de conjunto, de mediador da aprendizagem, com a participação dos colegas com mais experiência em sala de aula.

Sabemos que a qualidade do ensino perpassa pelo papel do professor. É dele, a função de proporcionar ao educando entender e descobrir o mundo que o rodeia. Sendo assim, cabe ao docente estabelecer um clima de confiança, empatia e respeito entre professores e alunos a fim de melhorar o processo de ensino-aprendizagem e

consequentemente, problemas de comportamento. O professor deve ter em mente que é preciso buscar sempre inovações para suas aulas, a fim de torná-las mais criativas e atraentes para os alunos.

Para Souza (2006), o aluno deve ter um papel significativo na construção do seu conhecimento, cabendo ao professor mediar à sua produção, levando em consideração suas opiniões, procurando metodologias de intervenção adequadas e interagindo com os educandos através da linguagem num processo dialógico.

O diálogo consentido, em que o aluno se compromete com a apropriação dos conhecimentos, é uma forma de despertar nele a consciência de que aprender é uma ação que não se torna possível apenas pela ação do professor, mas também por sua vontade (STEDILE, 2009, p.4).

Segundo Lima (2000, p. 222) “quando se estabelecem relações de confiança na sala de aula, o aluno se sentirá mais à vontade para expressar suas reflexões, dúvidas, descobertas, participações e assim, construir seu processo de aquisição do conhecimento”. Ou seja, a relação de confiança estabelecida, deve estimular o crescimento intelectual dos alunos, contribuindo com o desenvolvimento de habilidades necessárias ao convívio social. Por outro lado, o autor destaca que “a relação problemática pode gerar sentimentos de insegurança, dúvida, medo e hostilidade com relação ao professor e aos colegas, se ele não perceber cumplicidade e respeito à sua participação, iniciativa, respostas e erros”.

Diante disso, podemos perceber a complexidade da relação professor-aluno na sala de aula. Encontrar um meio termo entre o que o professor espera do aluno e entre o que o aluno espera do professor não é uma tarefa fácil, porém necessária para que ambos os papéis sejam exercidos com respeito e compromisso. Desta forma, “[...] é preciso ver a globalidade da relação professor-aluno mediante um modelo simples relacionado diretamente com a motivação, mas que necessariamente abarca tudo o que acontece na sala de aula e há necessidade de desenvolver atividades motivadoras” (MORALES 1998, p.49).

1.7 A motivação na aprendizagem

A motivação no contexto escolar tem sido avaliada por muitos professores e outros profissionais da educação como um determinante crítico do nível e da qualidade

da aprendizagem e do desempenho (GUIMARÃES; BORUCHOVITCH, 2004, p.143). A motivação dos alunos, mais especificamente na educação formal, é um importante desafio que nos confrontamos no dia-a-dia da atividade docente tendo em vista as implicações que podem comprometer a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Para Boruchovitch e Bzuneck (2004, p. 13) “a motivação tornou-se um problema de ponta em educação, pela simples constatação de que, em paridade de outras condições, sua ausência representa queda de investimento pessoal de qualidade nas tarefas de aprendizagem”. Os autores destacam ainda que, “à medida que as crianças sobem de série, cai o interesse e facilmente se instalam dúvidas quanto à capacidade de aprender certas matérias” (BORUCHOVITCH; BZUNECK 2004, p. 15). Ou seja, na medida em que os alunos avançam de séries, há também a tendência de que os problemas de aprendizagem sejam mais intensos, influenciados pelas exigências de novas disciplinas curriculares, aliadas ao conhecimento cognitivo do aluno.

Quando se considera o contexto específico de sala de aula, as atividades do aluno, para cuja execução e persistência deve estar motivado, têm características peculiares que as diferenciam de outras atividades humanas igualmente dependentes de motivação, como esporte, lazer, brinquedo, ou trabalho profissional (BZUNECK, 2000, p. 10).

Diante disso, à problemática da motivação deve ser enfrentada visando encontrar maneiras de favorecer o envolvimento dos alunos em tarefas de aprendizagem. É preciso observar a evolução dos alunos e buscar respostas para saber quais as melhores formas de auxiliá-los a terminar as atividades iniciadas, bem como melhorar a qualidade das tarefas escolares. (GUIMARÃES, 2001 apud CARVALHO; PEREIRA; FERREIRA, 2010).

Segundo Alcará (2007, p.18) “O aluno motivado está sempre em busca de novos conhecimentos e oportunidades, mostrando-se envolvido com o processo de aprendizagem, participando continuamente das tarefas com entusiasmo e demonstrando disposição para novos desafios”. Para Loureço e Paiva (2010), um aluno motivado, demonstra entusiasmo na execução das tarefas e orgulho acerca dos resultados de seus desempenhos. Os autores destacam ainda o papel relevante da motivação do aluno durante o processo de ensino-aprendizagem, de forma que o rendimento escolar não pode ser explicado exclusivamente por conceitos associados à inteligência, contexto familiar e a condição socioeconômica (LOURENÇO; PAIVA, 2010).

Ao falar em motivação no âmbito escolar é fundamental pensar nas características do ambiente escolar como: quantitativo de alunos por sala, estratégias de ensino utilizadas pelo professor, organização do tempo e espaço das aulas, relações interpessoais, entre outros. A escola, mais especificamente a sala de aula, constitui um espaço de construção de saberes. A troca de experiências entre alunos e professores, nesse ambiente, deve possibilitar ao aluno encontrar sentido no que faz e reconhecer a importância do aprendizado para sua vida.

Fita (2003, p. 92) menciona que:

[...] a própria pessoa do professor pode ser uma fonte de motivação importantíssima. O tipo de relação que estabelecemos com os alunos pode gerar uma confiança e um aumento da atenção que são condições indispensáveis para aprendizagem.

Certamente, a motivação não depende apenas da vontade do aluno, é também mediada pelo professor, pelo ambiente de sala de aula e pela cultura da escola. O professor deve deixar transparecer ao aluno que está motivado em ensinar.

Estabelecer uma relação afetiva e de confiança pode favorecer o envolvimento dos alunos nas atividades propostas. Para Bzuneck (2001), aluno é o maior interessado em aprender, no entanto é preciso conhecer o contexto no qual está inserido, tendo em vista que situações ambientais influenciam de forma significativa no processo da motivação do aluno.

Atendendo às mudanças decorrentes da constante transformação da sociedade, que acometem o processo educacional, acreditamos ser necessário que o professor acompanhe essas mudanças e utilize estratégias de ensino que possibilitem ao aluno integrar novos conhecimentos, e reconhecer como os conteúdos escolares estão inseridos em seu cotidiano. Para isso, é preciso que o professor analise sua prática e os fatores que levam o aluno ao desinteresse, a falta de motivação pelo estudo, e conseqüentemente a comportamentos indesejáveis em sala de aula a fim de intervir da maneira adequada.

1.8 A desmotivação pela aprendizagem - Possíveis causas e possíveis estratégias de intervenção.

Para o professor compreender de fato o que motiva os alunos, é necessário que o mesmo conheça o contexto da aprendizagem, das individualidades dos alunos e

seus conhecimentos prévios. Desta forma, será capaz de selecionar em seu planejamento de ensino, conteúdos que despertem o interesse dos alunos, aqueles para os quais eles se sintam mais motivados a aprender (FITA, 2003).

É importante que o aluno perceba que o professor está motivado com o trabalho realizado, pois a postura firme do professor, seu envolvimento com a atividade proposta torna o ambiente mais favorável. Neste sentido, Tapia e Fita (2003, p.88) apontam que “se um professor não está motivado, se não exerce de forma satisfatória sua profissão, é muito difícil que seja capaz de comunicar a seus alunos com entusiasmo, interesse pelas tarefas escolares”, desta forma, é muito difícil que seja capaz de motivá-los.

Por outro lado, deve-se considerar que o aluno pode evitar participar da atividade por motivos intrínsecos, privando-se da aquisição de novos conhecimentos como comenta Tapia,

[...] é preciso considerar que, quando os alunos estudam ou tentam realizar as diferentes tarefas escolares, se inicia um processo no qual desejos, pensamentos e emoções se misturam, configurando padrões de enfrentamento associados que têm diferentes repercussões na motivação e na aprendizagem (TAPIA, 2003, p. 27).

Outro fato a ser considerado é a individualidade aluno. Uma estratégia de ensino pode despertar o interesse de uns, porém ser desinteressante para outros, visto que os indivíduos possuem metas e expectativas diferentes, logo, os resultados atingidos também serão diferentes (MARINHO; FIORELLI, 2005 apud REIS; FRANÇA; SILVA 2015).

Compreender os fatores que levam a desmotivação dos alunos é importante para alcançar os objetivos determinados. Porém, ressaltamos que o empenho do aluno encontra-se atrelado a sua área de interesse. Desta forma não podemos dizer que tudo desmotiva o aluno em sala de aula, “[...] Ele pode estar desmotivado ou apresentar motivação destorcida apenas em alguma ou algumas áreas, ou alguns tópicos, como pode apresentar problemas em relação a todas as disciplinas de um curso” (BROPHY 1983 apud BZUNECK, 2001, p.19)

É inegável que a desmotivação interfere negativamente no processo de ensino-aprendizagem, e entre as possíveis causas da falta de motivação, está o planejamento e o desenvolvimento das aulas realizadas pelo professor. Atualmente o professor assume um papel de facilitador do processo de aprendizagem, sendo

fundamental aproximar os conteúdos das disciplinas as expectativas dos alunos.

Segundo Bzuneck (2001, p.13):

[...] alunos desmotivados estudam muito pouco ou nada e, conseqüentemente, aprendem muito pouco. Em última instância, aí se configura uma situação educacional que impede a formação de indivíduos mais competentes para exercerem a cidadania e realizarem-se como pessoas, além de se capacitarem a aprender pela vida afora.

O professor deve despertar o interesse do aluno, motivando suas aulas e experimentando novas estratégias de aprendizagem. A sala de aula é um local privilegiado de investigação de novas possibilidades para o exercício da função docente. Cabe ao professor, refletir sobre os métodos e a relação exercida com os alunos, adequar-se as suas possibilidades (AQUINO, 1998).

Entender as causas que levam o aluno a se tornar motivado proporciona uma aula mais dinâmica e produtiva por parte do professor. O ensino para ter sentido deve interferir na aprendizagem, por isso é fundamental conhecer como o professor ensina e entender como o aluno aprende (LOURENÇO; PAIVA, 2010).

Martini e Boruchovitch (2004) destacam uma série de comportamentos dos professores que se relacionam à promoção da motivação e do bom desempenho dos alunos, entre eles: a oferta de apoio, incentivo e orientação aos alunos; a implementação de ações educativas com a finalidade de crescimento pessoal do aluno e o domínio da tarefa em ambiente cooperativo; a preparação de atividades de aprendizagem com um nível apropriado de complexidade, agradáveis e desafiantes; a promoção de avaliações que fomentem oportunidades de participação, aprendizagem e melhoria do desempenho dos alunos; e a utilização de feedbacks positivos acerca da competência e a autoeficácia dos alunos nas atividades, e a utilização adequada de estratégias de aprendizagem.

Contrário a essa prática, observa-se ainda resistência por parte de muitos professores em rever sua práxis. Desta forma, continuam a realizar aulas monótonas baseados na transmissão mecânica do conteúdo, não favorecendo a motivação e o interesse dos alunos para o aprender. Lima (2000, p.41) explica que

[...] a falta de uma boa administração do tempo, planejamentos deficientes, a sobrecarga de trabalho, a falta de envolvimento com os alunos, entre outras variáveis a que estão sujeitos, conduzem à apresentação de respostas de manutenção da situação atual, a falta de iniciativa, de interesse pela mudança e não engajamento efetivo em qualquer inovação.

Boruchovitch e outros (2013, p. 429-430) constataram em pesquisa realizada com coordenadores pedagógicos de instituições de ensino fundamental, que os maiores entraves encontrados pelo professor para promover a motivação para o estudo e aprendizagem de seus alunos são: (i) dificuldade do professor em despertar a curiosidade do aluno com relação ao conteúdo ministrado ; (ii) pouca importância atribuída ao estudo por parte da família; (iii) dificuldade do professor em transcender o mero cumprimento do programa e dotar os conteúdos a serem ensinados de sentido e importância para a vida do aluno; (iv) presença de alunos indisciplinados que perturbam o trabalho docente; e (v) desinteresse do aluno pelo conteúdo ministrado.

Diante disso, verificamos que as limitações para as diferentes formas de trabalhar a motivação em sala de aula encontram origens nos professores, alunos e na própria família. Dessa forma, estudar a motivação no contexto escolar envolve a compreensão de um conjunto de fatores complexos que se interrelacionam, e exigem uma análise crítica visando à melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

1.9 A indisciplina na sala de aula

Conflitos fazem parte da vida em sociedade. Bons ou ruins estão por toda parte, e a forma como lidamos com eles pode gerar um fator favorável ou trazer consequências indesejadas. Para Chrispino (2007, p.15) “Conflito é toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento. A partir disso, todos os que vivemos em sociedade temos a experiência do conflito”.

No contexto social da escola, diversas formas de conflitos podem vir a se manifestar, pois as interações entre as pessoas com diferentes opiniões são passíveis de divergências. Dentre os conflitos no ambiente escolar, a questão da indisciplina tem se caracterizado um problema predominante nas escolas e na atividade docente, pois seus desdobramentos podem interferir no processo de ensino e aprendizagem.

Para Estrela (2002, p.17) “o conceito de indisciplina relaciona-se intimamente com o de disciplina e tende normalmente a ser definido pela sua negação ou privação ou pela desordem proveniente da quebra das regras estabelecidas”. Já Aquino (1998), considera que para compreender o conceito de indisciplina, é preciso entender primeiramente a o que vem a ser disciplina. Segundo o autor, a disciplina pode

ser entendida como conjunto de comportamentos regidos por normas estabelecidas, logo, a indisciplina poderá ser compreendida de duas formas: “(1) a revolta contra essas normas; 2) o desconhecimento delas. No primeiro caso, a indisciplina traduz-se como uma forma de desobediências; no segundo, pelo caos dos comportamentos, pela desorganização das relações.” (AQUINO, 1998, p.10). Para ambos os autores, a questão decorre da não aceitação de normas estabelecidas, levando ao confronto de opiniões.

De acordo com Garcia (1999, p.101) “a indisciplina tem sido intensamente vivenciada nas escolas, apresentando-se como uma fonte de estresse nas relações interpessoais, particularmente quando associada a situações de conflito em sala de aula”. O autor considera a indisciplina escolar decorrente de diversas causas, que podem ser reunidas em dois grupos: as causas externas à escola e as causas internas,

[...] Entre as primeiras vamos encontrar, por exemplo, a influência hoje exercida pelos meios de comunicação, a violência social e o ambiente familiar. As causas encontradas no interior da escola, por sua vez, incluem o ambiente escolar e as condições de ensino-aprendizagem, os modos de relacionamento humano, o perfil dos alunos e sua capacidade de se adaptar aos esquemas da escola. Assim, na própria relação entre professores e alunos habitam motivos para a indisciplina, e as formas de intervenção disciplinar que os professores praticam podem reforçar ou mesmo gerar modos de indisciplina (GARCIA, 1999, p.104)

Diante disso, percebemos que o confronto de ideias dos alunos com as regras estabelecidas pela escola, e especificamente com as do professor pode levar a situações não desejadas para todos os envolvidos. Além disso, a ocorrência de conflitos pode ter origem na própria família.

Cada vez mais, a escola tem se voltado à resolução de problemas que dificultam o processo de ensino-aprendizagem e as relações interpessoais. O professor como sujeito facilitador da aprendizagem, também necessita refletir e adotar medidas que favoreçam a convivência harmoniosa em sala de aula.

Pirola e Ferreira (2007) apud Jesus e Maia (2010) sugerem que os professores reflitam sobre sua prática, sobre as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia, a fim de tomar decisões referentes à questão da indisciplina, pois

Mudanças nas concepções e práticas dos professores podem ocorrer ao longo de toda carreira docente, a partir das oportunidades acadêmicas e profissionais de estudar, questionar, refletir, pesquisar, planejar, intervir, ou seja, das oportunidades de buscar sempre a melhoria da prática pedagógica, refletindo e intervindo sobre ela. (PIROLA; FERREIRA, 2007, apud JESUS; MAIA, p.8).

Para os educadores, a indisciplina é compreendida como manifestações de rebeldia, desrespeito, comportamentos inadequados que só comprometem a qualidade da aula. Antunes (2011, p.19) considera que “a indisciplina quase sempre emana de três focos: a escola e sua estrutura, o professor e sua conduta, o aluno e sua bagunça”.

Desta forma, acabar ou diminuir com a indisciplina em sala de aula é imprescindível para melhorar as condições do aprendizado do aluno. Atento a isso, o professor pode seguir algumas orientações básicas como destaca Vinha (2011): inicialmente, os conflitos devem ser vistos como naturais no ambiente escolar. Manter o controle das reações de impulsividade e reconhecer que os conflitos pertencem aos envolvidos e estes requerem ajuda. Além disso, o professor deve agir como mediador, incentivando os alunos a refletir sobre seus atos e buscar soluções junto com o aluno.

Observar os alunos e estabelecer um diálogo pode ajudar a entender os motivos da indisciplina. Quando o aluno não entende o conteúdo da aula, acha chata ou cansativa, perde o interesse em estudar, pois não vê sentido naquilo. Nestes casos, o professor pode modificar suas aulas, inserindo atividades dinâmicas, criativas, que faça o aluno perceber o significado da aprendizagem para sua vida.

Outra situação bastante comum é o enfrentamento entre alunos e professores. Nesta situação, além de conversar e ouvir os alunos, o professor pode criar junto com os próprios alunos algumas regras para o bom andamento da aula. Sempre priorizando o respeito e opiniões de todos. O professor deve mostrar interesse pelo aluno e por sua educação, aproximando-se mais e fazendo com que estes se interessem pela aula, e, portanto seja mais disciplinado. (FREIRE, 1996).

De fato, a sala de aula deve ser um local de construção de conhecimento, sendo assim, manter a disciplina é fundamental para qualidade do processo de aprendizagem do aluno.

CAPÍTULO 2: DIAGNÓSTICO

2.1 Identificação da escola

O presente diagnóstico é referente à observação e coleta de dados na Escola Municipal Maria Izabel Carvalho Nabuco D'ávila, localizada no município de Estância/SE.

A Escola Maria Izabel está subordinada administrativamente à Rede Municipal de Ensino com jurisdição à Secretaria Municipal de Educação, funcionando nos turnos matutino, no horário de 7h15min às 11h30min e vespertino, no horário de 13h às 17h15min, os níveis de educação infantil e ensino fundamental, e no turno noturno a educação de jovens e adultos, no ensino fundamental, de 19h às 22h55min.

Atendendo a demanda crescente de alunos, a escola possui também um anexo no Povoado Porto do Mato, localizado em Estância. No total, são 860 alunos matriculados.

Com relação às dependências físicas, a escola possui:

- 12 salas de aulas utilizadas
- Sala de diretoria
- Sala de professores
- Laboratório de informática
- Sala de recursos para Atendimento Educacional Especializado (AEE)
- Quadra de esportes descoberta
- Cozinha
- Sala de leitura
- Banheiro dentro do prédio, com chuveiro e adequado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida
- Sala de secretaria
- Despensa
- Almoxarifado
- Pátio coberto.

A equipe diretiva é formada por Diretora, Vice-diretora e dois Coordenadores Pedagógicos. O quadro docente é composto por professores efetivos e contratados.

2.2 A comunidade escolar

A escola recebe inúmeros alunos de uma comunidade constituída em grande parte de famílias de baixo nível sócio-econômico, sem qualificação profissional e com grande índice de pessoas desempregadas. Na comunidade onde a escola está localizada, as condições de saneamento básico, saúde e habitação precisam ser melhoradas.

É considerável o baixo nível de escolaridade dos familiares, o que acarreta certo desinteresse na formação dos filhos. Outro dado importante sobre a comunidade é o grande número de crianças e jovens que trabalham informalmente para ajudar na renda familiar, além disso, são comuns situações de conflitos familiares, inclusive casos de homicídio. Nas imediações da escola, existe a presença de pequenos grupos que comercializam drogas para adolescentes externos e internos à escola, com certa frequência ocorrem casos de furto.

2.3 Organização do trabalho pedagógico

Para o levantamento de informações referentes à organização do trabalho pedagógico, elaborou-se um roteiro para entrevista com a diretora do estabelecimento além da pesquisa documental do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Interno da escola.

A equipe diretiva assumiu a gestão em janeiro de 2014 e o Projeto Político Pedagógico encontra-se em fase de reformulação, porém, algumas informações já foram definidas no PPP, como o objetivo geral da instituição de ensino, que é estruturar e organizar o funcionamento da escola, visando minimizar os fatores que concorrem para o baixo nível de rendimento escolar e evasão, através da implementação administrativa, docente e técnico-pedagógica.

A escola reconhece que tem como função social a formação do cidadão crítico e competente para que este possa contribuir para as transformações que ocorrem na sociedade. Segue os princípios da educação nacional consolidados no artigo 3º Título II da Lei nº 9.394/96:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de

ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

A estrutura curricular atende ao disposto na LDB e procura na medida das suas possibilidades difundir os valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática, considerar as condições de escolaridade dos alunos e apoiar as práticas desportivas não formais.

Observou-se no tocante ao currículo de ensino, que não estão incluídos os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios, como orientado na Lei nº 12.608/2012. Também não foi inserido conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente, temas que devem ser contemplados no PPP como transversal nos currículos escolares tendo como diretriz a Lei nº 8.069/ 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado (incluído na Lei nº 13.010, de 2014).

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem se dá de forma contínua, objetivando diagnosticar o progresso dos alunos e suas dificuldades e orientá-los quanto aos esforços necessários para superar suas dificuldades. A verificação do rendimento escolar está conjugada a avaliação do aproveitamento de forma qualitativa e da assiduidade. Os alunos são avaliados bimestralmente através de provas escritas e orais, trabalhos, pesquisas e observações diretas.

Quanto à recuperação, o objetivo é firmar a aprendizagem proporcionando ao aluno elevar seus padrões de desempenho. A recuperação é planejada por meio da identificação das dificuldades do aluno em relação aos conteúdos curriculares, as causas dessas dificuldades e seleção de estratégias para o desenvolvimento da recuperação. As estratégias de recuperação são estabelecidas pelos professores. Além disso, os alunos dispõem de aulas de reforço na própria escola.

O Regimento Escolar encontra-se atualizado pela gestão atual, cujas finalidades são:

Garantir no âmbito da Escola, os objetivos preconizados pela legislação do ensino, considerando as características da comunidade e os interesses dos alunos; Participar da obra educativa, cultivando o respeito à liberdade e dignidade humana compreendendo os direitos

do homem e proporcionando meios capazes de fazê-lo compreender seus deveres; Estimular a fraternidade humana, independente de raça, nacionalidade, religião, classe social e convicção filosófica ou política;

Ainda conforme o Regimento, são objetivos da escola:

Proporcionar a formação da criança e do adolescente, variando em conteúdo e método segundo as fases de desenvolvimento dos alunos; Ministrando o ensino obrigatório na língua nacional; Favorecer o desenvolvimento psicobiológico e social da criança; Promover a formação moral e intelectual do educando; Estimular a formação de hábitos higiênicos para conservar a saúde; Dar condições ao educando para uma sadia recreação e um bom aproveitamento do tempo livre;

A Escola Maria Izabel tem assistência e supervisão pedagógica prestada pela Secretaria Municipal de Educação (SEME), que participa das atividades didático-pedagógicas do processo educacional para garantir sua homogeneidade e eficiência, supervisiona a execução do plano pedagógico, realiza reuniões pedagógicas com os professores e participa de atividades de integração entre a Escola, a família e a comunidade.

Os programas de ensino são elaborados pelos professores, assistidos pela coordenação, observando a proposta curricular do Estado. Poderão adaptar-se ao nível de desenvolvimento dos alunos e evolução do meio social, atendendo às conveniências didático-pedagógicas após aprovação da SEME.

Conforme informado pela Diretora da escola, a estruturação do Conselho Escolar paritário está em fase de implementação pela Secretaria Municipal de Educação, respeitando às exigências do Ministério da Educação.

Em substituição ao conselho escolar, a escola possui um grupo de trabalho formado por: 2 professores, 1 representante dos pais de alunos, o diretor e 1 outro membro da equipe diretiva. Compete a esse grupo discutir e tomar decisões sobre a conduta escolar, os procedimentos para a solução de conflitos escolares e a necessidade de aquisição de recursos materiais.

Quanto à presença da família na escola, são promovidos com frequência de pelo menos uma vez por semestre, reuniões de pais e mestres com o objetivo de alcançar a estreita colaboração entre a família e a escola na tarefa educativa. No entanto, a presença dos pais ou responsáveis é mínima.

Segundo a Diretora, falta apoio da família ao estímulo pela aprendizagem, e às dificuldades relativas ao desenvolvimento do aluno. Os pais comparecem à escola

mais para discutir conflitos decorrentes de brigas entre alunos, comportamentos inadequados dentro da escola, utilização de drogas e problemas externos à escola que afetam diretamente ou indiretamente o aluno. Também comparecem em comemorações festivas, mas principalmente na Educação Infantil e Fundamental I.

Ainda com relação ao Regimento Interno da Escola, são deveres dos alunos:

Comparecer assídua e pontualmente às aulas; Tratar professores e funcionários com urbanidade; Manter cordialidade ao trato com os colegas; Zelar pelo patrimônio físico da escola e bens materiais colaborando com a Direção na sua conservação e limpeza; Não se ausentar da Escola sem autorização; Colaborar ativamente no processo de aprendizagem; Comparecer às solenidades e festividades da escola e delas participar ativamente; Respeitar às orientações do estabelecimento; Apresentar-se uniformizado.

Quanto às proibições:

Sair da classe sem autorização do professor; Ausentar-se da escola sem anuência da Direção; Ocupar-se durante as aulas com trabalhos estranhos as mesmas; Trazer livros, ou escritos considerados inadequados ou imorais, bem como armas e objetos estranhos ao estudo; Tomar bebidas alcoólicas ou utilizar produtos toxicodependentes na área ou arredores do estabelecimento; Praticar atos desonestos, ostentar irreligiosidades com o fim de ferir os sentimentos dos colegas; Promover jogos, excursões, rifas, coletas ou listas de pedidos sem a devida autorização; Fumar na sala de aula; Usar boné dentro da escola, e utilizar aparelho eletrônico na sala de aula sem autorização do professor.

2.4 A relação professor-aluno e a indisciplina em sala de aula

O questionário aplicado aos professores teve como objetivo conhecer quais os casos mais comuns de indisciplina em sala de aula e as medidas mais adotadas para diminuir o problema. Também levantamos informações sobre as estratégias de ensino e projetos desenvolvidos com base nos temas transversais.

O quadro a seguir sintetiza os questionamentos respondidos pelos professores e a maior frequência obtida nas respostas.

Quadro 1: Concepções dos professores sobre indisciplina e estratégias diversificadas de ensino

1. Quais os casos mais comuns de indisciplina na sua sala de aula?	Alunos inquietos, que utilizam celular, que interrompem as aulas com conversas constantes, agressão verbal e/ou física com os colegas.
2. A indisciplina acontece geralmente com:	Sempre com os mesmos alunos
3. Qual (is) medida(s) você adota e/ou sugere para diminuir a indisciplina em sala de aula?	Dialogar mais com os alunos, diversificar os tipos de aula, envolver os alunos em projetos na escola, conversar com os pais sobre o comportamento dos filhos.
4. Qual a medida mais adotada pela escola nos processos disciplinares dos alunos?	Repreensão escrita aos responsáveis e suspensão.
5. Você costuma inserir em sua disciplina os temas transversais sugeridos nos Parâmetros Curriculares Nacionais?	Sempre
6. Em caso afirmativo, qual(is) o(s) tema(s) transversal(is) já desenvolvido(s)?	Ética e cidadania, Meio ambiente, Saúde, Temas locais.
7. Qual (is) estratégia(s) de ensino você utilizou para trabalhar esses temas?	Aula expositiva, aula interativa, trabalho em grupo, realização de atividades práticas, recursos multimídia, palestras.
8. A sua escola já desenvolveu projetos ou atividades relacionadas com temas transversais?	Sim
9. Em caso afirmativo, qual(is) tema(s) discutido(s) no(s) projeto(s)?	Ética, Prevenção ao uso de drogas, Violência escolar (bullying), Preservação do meio ambiente.
11. Quais aspectos você considera importante para o professor ter boa relação com os alunos em sala de aula?	Respeito entre ambas as partes.

Diante das respostas obtidas, verifica-se que há um esforço por parte dos professores em discutir temas de interesse social, no entanto, estes ficam restritos a cada professor e turma, não havendo a participação de toda comunidade escolar. Os projetos já desenvolvidos na escola não envolveram toda comunidade e nem alcançaram uma dimensão interdisciplinar.

Quando questionados sobre quais aspectos importantes para manter uma boa relação com os alunos em sala de aula, todos os professores consideraram o respeito entre ambas as partes como essencial para manter a harmonia em sala.

Com relação aos alunos, o questionário aplicado teve como objetivo conhecer suas concepções sobre os comportamentos inadequados em sala de aula e o interesse por temas e aulas diversificadas. Participaram da pesquisa os alunos do 8º ano com idade entre 13 e 15 anos. A seguir são apresentadas as respostas com maior frequência.

Quadro 2: Concepções dos alunos sobre indisciplina e temas e estratégias de interesse

1. O que você considera como ato de indisciplina em sala de aula?	Agressão verbal e/ou física com colegas e professores.
2. Você acredita que comportamentos inadequados em sala de aula prejudicam sua aprendizagem?	Sempre prejudica
3. Você considera importante manter uma boa relação com o professor em sala de aula?	Sim
4. De que forma você acredita que deve ser essa relação (professor/aluno)?	Respeitosa e dialógica
5. Você sente mais interesse em aprender em qual (is) situação(es)?	Realização de trabalho em grupo, atividades práticas, palestras, aula interativa
6. Qual (is) dos seguintes temas você tem interesse em conhecer?	Estatuto da Criança e do Adolescente, Prevenção ao uso de drogas, Preservação do meio ambiente, Bullying e cyberbullying
7. Você acredita que algum dos temas sugeridos poderia contribuir com a melhoria do seu processo de aprendizagem?	Sim

Para os alunos inquiridos, a indisciplina acontece somente quando ocorre agressão verbal e/ou física contra colegas e professores, outros tipos de comportamento não chamaram a atenção desses alunos, porém, quando questionados se comportamentos inadequados em sala de aula prejudicavam sua aprendizagem, houve unanimidade. Outro fato que nos chama atenção é que os alunos consideram importante manter uma boa relação com o professor em sala de aula baseada no respeito e diálogo.

Apesar dos professores utilizarem como estratégia de ensino, a aula expositiva, os alunos não a destacaram como um recurso interessante para aprender. Dos temas sugeridos aos alunos, destaca-se o interesse pelo ECA , formas de violência escolar (bullying e cyberbullying) e meio ambiente, temas que devem ser contemplados no currículo escolar conforme a legislação.

Diante do exposto no diagnóstico, fica evidente que os conflitos em sala de aula têm comprometido as relações entre professores e alunos e prejudicado a aprendizagem e o rendimento escolar.

A ocorrência de comportamentos indisciplinados requer a adoção de estratégias de mediação a fim de resgatar o respeito entre professores e alunos e o interesse pelo estudo. Um ambiente harmonioso em sala de favorece o processo de ensino-aprendizagem, para isso, o professor necessita encontrar formas de diversificar suas aulas, para então motivar o aluno e ganhar sua confiança e respeito.

CAPÍTULO 3: PLANO DE INTERVENÇÃO

3.1 Delimitação do problema

A escola é um espaço onde se convivem muitos indivíduos, com diferentes gostos, ideias, atitudes, opiniões, enfim, cada um com suas particularidades. Desta forma, toda opinião divergente, todo modo diferente de ver e interpretar algum fato pode gerar situações de conflito (CHRISPINO, 2007).

Segundo Chrispino (2007, p.16)

Ao definirmos conflito como o resultado da diferença de opinião ou interesse de pelo menos duas pessoas ou conjunto de pessoas, devemos esperar que, no universo da escola, a divergência de opinião entre alunos e professores, entre alunos e entre os professores seja uma causa objetiva de conflitos. Uma segunda causa de conflitos é a dificuldade de comunicação, de assertividade das pessoas, de condições para estabelecer o diálogo.

Concordamos com o autor que no ambiente escolar, é comum haver divergências de opiniões, afinal, a Escola como um local social, é passível de conflito. As diferentes opiniões de alunos e professores, consideradas como causas de conflitos, têm relação direta com a dificuldade de se estabelecer uma comunicação eficiente, baseada no diálogo.

Neste sentido, trazendo à tona o problema encontrado no diagnóstico realizado na Escola Maria Izabel, observou-se que os conflitos de relacionamento entre alunos e professores e entre os próprios alunos, manifestam-se com frequência na forma de indisciplina, seja por meio de brigas em sala de aula, desinteresse pelo estudo, falta de diálogo e desrespeito às normas escolares. Estes problemas contribuem para o baixo rendimento escolar e falta de estímulo ao aluno pelo estudo. Além disso, a falta da participação da família nas tarefas escolares contribui para o agravamento do problema.

3.2 Justificativa

Considerando o papel da Escola com a formação do cidadão consciente de seus direitos e deveres, é necessário buscar soluções para situações que comprometam a qualidade do processo de ensino/aprendizagem.

A indisciplina em sala de aula tem prejudicado o rendimento dos alunos e o trabalho do professor. Na tentativa de reverter essa situação, buscou-se desenvolver

ações que valorizassem o respeito e o diálogo entre alunos e entre professores e alunos, a participação da família no processo educacional e o resgate do interesse do aluno pelo estudo.

Ao considerar as opiniões dos alunos para a elaboração desse plano, procuramos atender aos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino fundamental, como: posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas, perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente e desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de interrelação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania (BRASIL,1998).

Neste sentido, trabalhar temas transversais na escola possibilita integrar ações de maneira contextualizada, trazendo para a prática educativa questões da vida real, inserindo-as no currículo escolar.

Ao elencar os temas transversais dos PCN, buscou-se articular o Estatuto da Criança e do Adolescente a fim de contribuir com a formação de alunos conscientes de seus direitos e deveres perante a sociedade, e com a melhoria dos conflitos em sala de aula.

3.3 Objetivo geral:

- Desenvolver, em caráter participativo com o aluno, estratégias motivadoras de aprendizagem com base nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais e no Estatuto da Criança e do Adolescente, que possibilitem melhorar os conflitos da relação professor/aluno e a indisciplina em sala de aula.

3.3.1 Objetivos específicos:

- Analisar, junto aos professores e coordenadores pedagógicos, estratégias de mediação para as situações de conflitos na escola no que diz respeito ao comportamento dos alunos;

- Investigar os interesses dos alunos sobre os temas e estratégias de ensino diversificadas, com base nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais;
- Conhecer os efeitos da indisciplina em sala de aula a partir da ótica dos alunos;
- Verificar a evolução dos alunos durante o plano de intervenção - interesse em aprender e a melhorar o comportamento em sala de aula;
- Avaliar os resultados do plano de intervenção e promover um seminário final com todos os envolvidos no projeto (alunos, professores, gestores, família);

3.4 Metodologia

Quadro 3 – Ação 1: Elaboração das estratégias de intervenção

Meta	Objetivo	Momento	Ação/ estratégia	Período
Discutir o plano de intervenção a ser desenvolvido na escola com 100% dos professores e coordenadores.	Definir com professores e coordenadores, estratégias de intervenção para as situações de conflitos na escola no que diz respeito ao comportamento dos alunos	1	- Formar grupos de reflexão com professores e coordenadores pedagógicos -Levantar informações sobre a problemática da indisciplina em sala de aula por meio de textos, vídeos, entrevistas, estudos de caso etc. -Sugerir e analisar possíveis estratégias de intervenção	1 encontro por bimestre

Inicialmente deverão ser formados grupos de reflexão com professores e coordenadores pedagógicos, para analisar e discutir os problemas ocorridos na escola. O coordenador pedagógico agirá como mediador do grupo, levantando informações atualizadas sobre a problemática da indisciplina escolar. Em cada encontro, será sugerido aos professores apresentar ideias para diminuir o problema e análise das estratégias já executadas. Os encontros poderão ocorrer bimestralmente e deverá ser redigida uma ata para o registro das informações e posterior consulta.

Quadro 4 – Ação 2: Conhecendo o ECA

Meta	Objetivo	Momento	Ação/ estratégia	Período
Ofertar conhecimento sobre o ECA a 100% da comunidade escolar	Apresentar a toda comunidade escolar, o Estatuto da Criança e do Adolescente	1	Palestra com representante do Conselho Tutelar do Município de Estância para toda a comunidade escolar: equipe diretiva, professores, funcionários, alunos, pais e demais interessados.	1ª semana
		2	Pesquisa em grupo sobre situações que violem os direitos infanto-juvenis e elaboração de cartazes para serem afixados na escola.	2ª semana

O conhecimento do Estatuto irá permear as demais ações de forma transversal. O trabalho em grupo estimula a cooperação e permite a troca de conhecimento entre os alunos que poderão contar com a supervisão de um professor.

Quadro 5 - Ação 3: Trabalhando o diálogo e o respeito em sala de aula

Meta	Objetivo	Momento	Ação/ estratégia	Período
Trabalhar o tema Ética e cidadania com 100% dos alunos do 8º ano da Escola Maria Izabel	Contribuir com a formação cidadã do aluno, valorizando o diálogo e o respeito mútuo	1	Jogo cooperativo para estimular as relações interpessoais	3ª semana
		2	-Inserir o tema transversal Ética aos conteúdos da disciplina -Promover rodas de discussão sobre os temas	3ª e 4ª semanas

Cientes dos direitos de proteção perante a Lei é esperado que os alunos reconheçam que como sujeitos de direitos, também possuem deveres como cidadão. A escola é também um local onde o aluno exerce sua cidadania, sendo assim, é importante conviver de maneira harmoniosa nesse ambiente. Neste sentido, ao trabalhar o tema transversal Ética e cidadania, deve-se valorizar o diálogo como instrumento para

esclarecer conflitos e o respeito mútuo, ambos necessários para se manter um bom relacionamento em sala de aula.

O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais (Art.17 ECA).

Ao trabalhar em sala de aula o tema ética e cidadania, cada professor deverá sugerir temas norteadores referentes ao conteúdo de sua disciplina para que sejam desenvolvido de forma transversal. A sugestão é que o professor utilize vídeos, textos e/ou outros recursos para promover uma roda de discussão mediando à participação dos alunos. O jogo cooperativo visa aprimorar a relação interpessoal a partir da formação de grupos com características em comum.

Quadro 6 – Ação 4: Discutindo o Regimento Interno

Meta	Objetivo	Momento	Ação/ estratégia	Período
Apresentar o Regimento Interno da Escola a 100% da comunidade escolar	-Discutir o Regimento Interno com a comunidade escolar - Conscientizar os alunos sobre seus deveres enquanto membros da comunidade escolar	1	Apresentação oral do Regimento Interno e momento de discussão (levantamento de dúvidas e sugestões)	5ª semana

Já tendo conhecimento acerca dos seus direitos previstos no ECA e também de seu papel como cidadão, valorizando o respeito mútuo e o diálogo como meio de melhorar os conflitos em sala de aula, os alunos serão convidados a discutir sobre seus deveres enquanto membros da escola, mediante o Regimento Interno.

É importante que todos os membros da comunidade escolar participem da discussão, pois muitos desconhecem as normas da própria Escola e o seu papel enquanto membro da instituição. O conhecimento acerca do Regimento Interno dará subsídio para a ação 5.

Quadro 7 -Ação 5: Discutindo a indisciplina escolar e as relações interpessoais na escola

Meta	Objetivo	Momento	Ação/ estratégia	Período
Promover com 100% da comunidade escolar, a discussão sobre as relações interpessoais na escola e seus desdobramentos na indisciplina	- Discutir acerca das formas de indisciplina escolar com vistas à aprendizagem do aluno	1	Mesas redondas: -As relações professor/aluno -A relação família/escola -Formas de indisciplina escolar	6ª e 7ª semanas
	- Conscientizar todos os membros da comunidade escolar sobre a importância do relacionamento harmonioso em sala de aula	2	Elaboração de atividade sobre um dos temas desenvolvidos no projeto para ser apresentado no seminário final	8ª e 9ª semanas

Após a realização das ações, os alunos deverão ser orientados por um professor a desenvolver uma atividade se seu interesse sobre um dos temas abordados nas ações. Ficará a critério dos alunos, a escolha da forma de apresentação: oral, teatro, cartilha, painéis, jogos. A apresentação dos alunos deverá ocorrer no seminário final.

Antes da realização do seminário final, onde serão apresentados os resultados do projeto aos alunos e pais, os professores deverão reunir-se com a coordenação para analisar os pontos positivos e negativos, a fim de dar mais transparência aos resultados.

Quadro 8: Ação 6: Seminário final

Meta	Objetivo	Momento	Ação/ estratégia	Período
Apresentar a 100% da comunidade escolar os resultados do plano de intervenção	-Expor os trabalhos produzidos pelos alunos	1	Apresentação oral da diretora e professores	10ª semana
	- Aproximar a família da escola com a análise dos pontos positivos e negativos	2	Apresentação das produções dos alunos	

No seminário final, também deverá ser apresentada a continuidade do projeto, os temas que serão desenvolvidos e a sugestão da criação do círculo restaurativo com a participação do aluno.

Quadro 9 - Ação 7 : Continuidade do plano: círculo restaurativo

Meta	Objetivo	Momento	Ação/ estratégia	Período
Propor a criação de um círculo restaurativo na escola envolvendo 100% dos alunos que apresentarem problemas de comportamento em sala.	Estabelecer através do diálogo colaborativo, soluções para conflitos em sala de aula		Seguir as 3 etapas do círculo restaurativo: pré-círculo, círculo e pós-círculo.	Contínuo

O círculo restaurativo dentro da escola deve ser mediado pelos coordenadores pedagógicos que deverão permitir a cada participante falar e ser ouvido com respeito, sobre o fato que iniciou o conflito, conforme as condições estabelecidas no pré-círculo. O método consiste de três passos:

Pré-Círculo: Receptor e autor são convidados a participarem de um encontro. Ambos devem querer participar por livre e espontânea vontade, aceitando cumprir com o que for exigido.

Círculo: Todos os participantes, incluindo os coordenadores, o autor, o receptor e qualquer outra pessoa convidada por estes discutem a questão em pauta. A ideia é ajudar os alunos a expressar suas opiniões, tendo em vista que a solução deve partir deles.

Pós-Círculo: É a etapa final deste processo onde os envolvidos refletem sobre a discussão que tiveram e colocam em prática as recomendações feitas por eles mesmos.

Observações:

- 1- O projeto de intervenção discutirá em sua 1ª etapa o Estatuto da Criança e do Adolescente incorporado ao tema transversal Ética.
- 2- O tema Ética pode ser incorporado em todas as disciplinas, cabendo ao professor selecionar temas norteadores para o desenvolvimento do mesmo, tendo em vista o direito à educação, saúde, lazer, esporte, respeito e dignidade previsto no ECA.
- 3- Ao final de bimestre, os professores e coordenação deverão se reunir para discutir os pontos positivos e negativos do projeto. Deverão ainda definir o tema que será discutido na 2ª etapa (entre os sugeridos pelos alunos) e as metas e estratégias para execução.

3.5 Avaliação

Cada professor deverá preencher a ficha de avaliação, observando a evolução do plano de intervenção. A cada encontro, os professores deverão apresentar os pontos positivos e negativos observados, bem como sugestões para melhoria.

Quadro 10: Ficha de avaliação

Ação	Aspecto a ser analisado	Pontos positivos	Pontos negativos	Sugestões
1 Elaboração das estratégias	Estratégias de intervenção para situações de conflito de comportamento			
2 Conhecendo o ECA	Conhecimento sobre o ECA			
3 Trabalhando o diálogo e o respeito mútuo	Atitudes de respeito em sala de aula e diálogo permanente			
4 Discutindo o Regimento Interno	Direitos e deveres dos membros da escola			
5 Discutindo a indisciplina e relações interpessoais em sala de aula	Melhoria do comportamento em sala de aula e das relações entre alunos e professores e alunos			
6 Seminário Final	Evolução das etapas do plano			
7 Círculo Restaurativo	Solução de conflitos tendo o aluno como centro do processo			

3.6 Cronograma

SEMANA										
AÇÃO	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª
1	*									
2	X	X								
3			X	X						
4					X					
5						X	X	X	X	
6										X
7										*

- A ação 1 referente a elaboração das estratégias do plano deverá ocorrer em período definido pela coordenação.
- A ação 7 referente ao círculo restaurativo deverá ter início a partir da 10ª semana, ocorrendo de forma contínua durante todo ano letivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos interpessoais surgem quando há divergência de opiniões. Na escola, alunos e professores podem apresentar diferentes pontos de vista, podendo gerar conflitos de comportamento em sala de aula.

A indisciplina é de fato, um dos principais problemas que afetam o trabalho do professor em sala de aula. Além disso, situações de indisciplina tendem a prejudicar o processo de aprendizagem do aluno e logo, seu rendimento escolar.

No que se refere a essa problemática, constatou-se na Escola pesquisada que professores convivem diariamente com esse conflito, manifestado principalmente pelo desrespeito e desinteresse pelas atividades escolares. A presença da família é mínima nas reuniões de pais e mestres. O acompanhamento das dificuldades relativas ao desenvolvimento do aluno é comprometido pelo histórico familiar, marcado por conflitos, baixo nível de escolaridade e renda.

Os atos de indisciplina acontecem de diversas formas e os professores tentam reverter à situação dialogando e diversificando suas aulas, inserindo a discussão de temas transversais. No entanto, isso fica limitado a cada professor, não havendo a participação de toda comunidade escolar nem tampouco projetos na escola para diminuir esse problema.

Os alunos admitem o fato de que comportamentos inadequados em sala de aula prejudicam sua aprendizagem e acreditam ser importante manter uma relação dialógica e respeitosa com o professor. No entanto consideram como indisciplina, somente atos agressivos entre alunos, e entre professores e alunos.

Com relação aos interesses dos alunos por temas de interesse social destaca-se o interesse pelo ECA, formas de violência escolar e meio ambiente, que podem despertar o interesse dos alunos, quando mediados com trabalhos em grupos, palestras, debates ,etc.

Atendendo aos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, buscou-se articular os temas transversais ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de trazer para a prática escolar questões de interesse social. Ressaltamos que temas relativos aos Direitos Humanos e Prevenção às formas de violência contra crianças e adolescentes devem estar incluídos no currículo da Escola.

As ações propostas no Plano de Intervenção valorizam o respeito mútuo e o diálogo, fundamentais para o convívio em sociedade. A participação da família no processo educacional possibilita estabelecer uma relação de parceria com a Escola, na contribuindo com a formação do aluno ciente de seus direitos e deveres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BARBOSA, Márcia Silvana Silveira. **O papel da escola: obstáculos e desafios para uma educação transformadora**. Porto Alegre, 2004. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

CARVALHO, Maria Eulina P. **Modos de educação, gênero e relações escola-família**. Cad. Pesquisa. vol.34 n.121 p. 41-58 São Paulo, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000100003>. Acesso em 05 jul. 2015.

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

BIESDORF, Rosane Kloh. **O papel da educação formal e informal: educação na escola e na sociedade**. Revista Eletrônica do curso de Pedagogia do campus Jataí, UFG, v.1 n.10, 2011. Disponível em: <<http://revistas.jatai.ufg.br/index.php/ritref/article/view/20432>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

SIQUEIRA, Cristiano Tierno. **Construção de saberes, criação de fazeres: educação de jovens no Hip Hop de São Carlos**. São Carlos, 2004. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos, 2004.

GOLBA, Mônica A. de Macedo. **Os motivos da indisciplina na escola: a perspectiva dos alunos**. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 2009. Curitiba. Anais...PUCPR, 2009 Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2071_1923.pdf>. Acesso em: 01 jul 2015.

FERREIRA, Sueli. **O ensino das artes: construindo caminhos**. 3ª edição, Campinas: Papyrus, 2001.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

SILVA P.; BEZERRA; SILVA W. **ECA no ambiente escolar**. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2015

BRASIL. **Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: DF, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

GOMEZ, Pérez. A.I.A **Cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SOUZA, Regina Aparecida M. **A mediação pedagógica da professora: o erro na sala de aula.** Campinas, 2006. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

STEDILE, Maria Inez. **O professor como gestor de sala de aula.** Umuarama, 2009. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Estadual de Maringá, 2009.

LIMA, Luzia. Mara S. **Motivação em sala de aula: a mola propulsora da aprendizagem.** In: SISTO, F. F.; OLIVEIRA, G. C.; FINI, L.D.T. (orgs). Leituras de psicologia para a formação de professores. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORALES, Pedro. **A relação professor-aluno: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 1998.

GUIMARÃES, Suely Édi R; BORUCHOVITCH, Evely. **O Estilo Motivacional do Professor e a Motivação Intrínseca dos Estudantes: Uma Perspectiva da Teoria da Autodeterminação.** Revista Psicologia Reflexão e Crítica, 2004, vol.17 n.2, p.143-150. RS. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v17n2/22466.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

BORUCHOVITCH, Evely; BZUNECK, J. A. (Org.). **A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BZUNECK, José Aloyseo. **As crenças de auto-eficácia dos professores.** In: SISTO, F. F.; OLIVEIRA, G. C.; FINI, L.D.T. (orgs). Leituras de psicologia para a formação de professores. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARVALHO, M.F.N.; PEREIRA, V.C.; FERREIRA, S.P.A. **A (des)motivação da aprendizagem de alunos de escola pública do ensino fundamental I: Quais os fatores envolvidos?** UFPE, 2010. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2007.2/a%20desmotivao%20da%20aprendizagem%20de%20alunos%20de%20escola.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2015.

ALCARÁ, Adriana Rosecler. **Orientações motivacionais de alunos do curso de biblioteconomia de uma Universidade pública do norte do Paraná.** Londrina, 2007. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Londrina, 2007.

LOURENÇO, Abílio A.; PAIVA, Maria Olímpia A. **A motivação escolar e o processo de aprendizagem.** Ciências e Cognição, vol. 15. Centro de Investigação em Psicologia e Educação (CIPE), Porto, Portugal, 2010.

BZUNECK, José Aloyseo. **A motivação do aluno: Aspectos introdutórios.** In: Boruchovitch E.; Bzuneck, J.A. (orgs.). Motivação do aluno: Contribuições da psicologia contemporânea. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

TAPIA, Jesús Alonso; FITA, Enrique Caturla **A motivação em sala de aula: O que é, como se faz?** São Paulo: 5 ed. Loyola, 2003.

REIS, E.S; FRANÇA, S.S.; SILVA,N.A. **Baixo rendimento dos alunos do 6º ano na disciplina de matemática em uma escola pública de Ji-Paraná – Rondônia - Brasil: falta de motivação?** In: XIV CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 2015,Chiapas,Anais...Disponível em: <http://xiv.ciaemiacme.org/index.php/xiv_ciaem/xiv_ciaem/paper/viewFile/280/156> Acesso em: 12 jul. 2015.

MARTINI, M. L.; BORUCHOVITCH, E. **A Teoria da atribuição da causalidade: contribuições para a formação e atuação de educadores.** Campinas: Alínea, 2004.

BORUCHOVITCH, Evely et al. **Motivação do aluno para aprender: fatores inibidores segundo gestores e coordenadores pedagógicos.** ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 15, n. 3, p. 425-442, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/5529>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

CHRISPINO, Álvaro. **Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação.** Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n54/a02v1554.pdf>> Acesso em: 13 jul 2015.

ESTRELA, Maria Teresa. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula.** 4. ed. Portugal: Porto, 2002.

AQUINO, Julio G. **A indisciplina e a escola atual.** Revista da Faculdade de educação. São Paulo, v.24, n. 2, 1998.

GARCIA, Joe. **Indisciplina na Escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva.** Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n.95, p.101-108, jan./abr. 1999.

JESUS, Graziela de; MAIA, Graziela Zambão Abdim. **Indisciplina escolar: reflexões.** Revista de iniciação científica da FFC, vol.10 n.1, 2010. Disponível em:<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/307/252>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

ANTUNES, Celso. **Professor bonzinho=aluno difícil: a questão da indisciplina em sala de aula.** 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VINHA, Telma. **O conflito essencial.** Revista educação, 2011. Disponível em: <<http://revistaeducacao.com.br/textos/141/artigo234510-1.asp>>. Acesso em 13 jul 2015.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR**1. Quais os casos mais comuns de indisciplina na sua sala de aula?**

- Alunos inquietos
- Alunos que utilizam celular
- Agressão verbal e/ou física com os colegas
- Agressão verbal e/ou física com o professor
- Alunos que interrompem as aulas com conversas constantes
- Sair da sala de aula sem autorização

2. A indisciplina acontece geralmente com:

- Todos os alunos
- Alguns alunos em diferentes momentos
- Sempre com os mesmos alunos

3. Qual (is) medida(s) você adota e/ou sugere para diminuir a indisciplina em sala de aula?

- Dialogar mais com os alunos
- Diversificar os tipos de aula
- Envolver os alunos em projetos na escola
- Fortalecer a relação professor/aluno
- Acompanhamento mais individualizado dos alunos com dificuldades
- Outro: _____

4. Qual a medida mais adotada pela escola nos processos disciplinares dos alunos?

- Repreensão verbal
- Repreensão escrita (aos responsáveis)
- Suspensão
- Contrato/Negociação
- Não sei
- Outro: _____

5. Você costuma inserir em sua disciplina os temas transversais sugeridos nos Parâmetros Curriculares Nacionais?

- Sempre
- Nunca
- Às vezes

6. Em caso afirmativo, qual(is) o(s) tema(s) transversal(is) já desenvolvido(s)?

- Ética e cidadania
- Pluralidade Cultural
- Meio Ambiente
- Saúde
- Orientação Sexual
- Temas de interesse local

7. Qual (is) estratégia(s) de ensino você utilizou para trabalhar esses temas?

- Aula expositiva
- Aula interativa
- Realização de trabalho em grupo
- Realização de atividades práticas (visita de campo, experimentação, jogos e etc)
- Recursos multimídia
- Palestras
- Oficinas Temáticas

- Teatro
- Dinâmicas
- Ações voluntárias junto à comunidade
- Outros: _____

8. A sua escola já desenvolveu projetos ou atividades relacionadas com temas transversais?

- Sim
- Não

9. Em caso afirmativo, qual(is) tema(s) discutido(s) no(s) projeto(s)?

- Ética e cidadania
- Estatuto da Criança e do Adolescente
- Prevenção ao uso de drogas
- Violência escolar (bullying e cyberbullying)
- Diversidade Sexual
- Preservação do meio ambiente
- Outros: _____

10. Você acredita que esses temas e estratégias podem despertar o interesse do aluno e contribuir com a melhoria do comportamento em sala de aula?

- Sim
- Não

11. Quais aspectos você considera importante para o professor ter boa relação com os alunos em sala de aula?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA O ALUNO**Idade:** _____**Sexo:** () Masculino () Feminino**1. O que você considera como ato de indisciplina em sala de aula?**

- () Alunos inquietos (bagunça, conversas paralelas)
- () Alunos que utilizam o celular
- () Agressão verbal e/ou física com os colegas
- () Agressão verbal e/ou física com o professor
- () Alunos que interrompem as aulas com conversas constantes
- () Sair da sala de aula sem autorização

2. Você acredita que comportamentos inadequados em sala de aula prejudicam sua aprendizagem?

- () Sempre prejudica
- () Nunca prejudica
- () Às vezes prejudica

3. Você considera importante manter uma boa relação com o professor em sala de aula?

- () Sim
- () Não

4. De que forma você acredita que deve ser essa relação (professor/aluno)?

- () Respeitosa e dialógica
- () Autoritarismo do professor
- () Desrespeito com o professor
- () Desrespeito com o aluno
- () Outro: _____

5. Você sente mais interesse em aprender em qual (is) situação(es)?

- () Aula expositiva
- () Aula interativa
- () Realização de trabalho em grupo
- () Realização de atividades práticas (visita de campo, experimentação, e etc)
- () Recursos multimídia
- () Palestras
- () Oficinas Temáticas
- () Teatro
- () Dinâmicas
- () Ações voluntárias junto à comunidade
- () Outros: _____

6. Qual (is) dos seguintes temas você tem interesse em conhecer?

- () Ética e cidadania
- () Estatuto da Criança e do Adolescente
- () Prevenção ao uso de drogas
- () Violência escolar (bullying e cyberbullying)
- () Sexualidade
- () Preservação do meio ambiente
- () Outros: _____

7. Você acredita que algum dos temas sugeridos poderia contribuir com a melhoria do seu processo de aprendizagem?

- Sim
- Não
- Talvez

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA
REDE NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
ESCOLA QUE PROTEGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr(a). para participar do Plano de Intervenção “**Discutindo os direitos infanto-juvenis numa perspectiva transversal: estratégias para melhorar a relação professor-aluno e a indisciplina em sala de aula**”, que será realizado na “ Escola Maria Izabel” trabalho vinculado “ Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Centro de Educação Superior à Distância CESAD e pretende levantar dados sobre indisciplina escolar . O pesquisador responsável pelo projeto BRUNO MENESES RODRIGUES, sob orientação da profa. Flávia Tenório pede autorização para realizar uma Entrevista com dados relevantes sobre esse assunto.

Se o(a) Sr(a). concordar em participar desse levantamento de dados, as informações prestadas serão de grande utilidade para traçar um quadro sobre a realidade do sistema educacional na cidade de Estância, como na Rede Municipal de Educação.

Se depois de participar da entrevista, o Sr(a) não quiser que seus dados sejam utilizados, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem qualquer prejuízo. O(a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá qualquer vantagem ou remuneração.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em segredo para sempre. Para qualquer outra informação ou esclarecimento de qualquer dúvida relacionada à presente pesquisa, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o(a) pesquisador(a) pelo telefone _____ ou pelo e-mail: _____.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado(a) sobre o que o pesquisador quer fazer e por que precisa da minha colaboração, e entendi a explicação.

Assim, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que terei minha identidade resguardada. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinado, que vou guardar.

(Assinatura d(a) participante)

_____/_____/_____
cidade, data

(Pesquisador/a)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA
REDE NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR
ESCOLA QUE PROTEGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro responsável o representante legal, gostaríamos de obter o seu consentimento para a participação voluntária da pesquisa do menor _____.

Trata-se do Plano de Intervenção Educacional “**Discutindo os direitos infanto-juvenis numa perspectiva transversal: estratégias para melhorar a relação professor-aluno e a indisciplina em sala de aula**”, que será realizado na “Escola Maria Izabel”, vinculado a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Centro de Educação Superior à Distância CESAD. Pretende-se levantar dados sobre xxxxxxxxxx. O pesquisador responsável pelo projeto BRUNO MENESES RODRIGUES, sob orientação da profa. Flávia Tenório, pede autorização para realizar uma Entrevista com dados relevantes sobre esse assunto.

O nome do(a) aluno(a) não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, o que garante o seu anonimato, a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar o(a) voluntário(a). Não será cobrado nada, também não haverá taxas, nem indenizações ou ressarcimentos, bem como haverá qualquer vantagem ou remuneração. Se o(a) Sr(a) concordar em conceder esse levantamento de dados, as informações prestadas serão de grande utilidade para traçar um quadro sobre a realidade do sistema educacional na cidade de Estância, como na Rede Municipal de Educação.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, sem identificação, sendo guardada em segredo para sempre. Para qualquer outra informação ou esclarecimento de qualquer dúvida relacionada à presente pesquisa, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com o(a) pesquisador(a) pelo telefone _____ ou pelo e-mail: _____.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, portador do RG n° _____

fui informado(a) sobre o que o pesquisador quer fazer e os objetivos da pesquisa, bem como a forma de participação do(a) menor _____.

Eu li e compreendi esse termo de consentimento, portanto concordo em dar o meu consentimento na participação do(a) menor como voluntário (a) na pesquisa, sem dúvidas, sabendo que não vamos ganhar nada e que teremos a nossa identidade resguardada. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinado, que vou guardar.

(Assinatura d(a) participante)

_____/_____/_____
cidade, data

(Pesquisador/a)

FICHA CATALOGRÁFICA

Rodrigues, Bruno Meneses, 2015

Discutindo os direitos infanto-juvenis numa perspectiva transversal: estratégias para melhorar a relação professor-aluno e a indisciplina em sala de aula / Bruno Meneses Rodrigues – 2015. 49 f. : 30 cm.

Orientador: Prof^a Ms. Flávia Priscila Souza Tenório

Plano de Intervenção / Monografia (lato sensu) – Universidade Federal de Sergipe / Centro de Educação Superior a Distância. Eixo temático: Escola como espaço de promoção da cidadania e mediação de conflitos, 2015.

1. Indisciplina. 2. Ensino-aprendizagem. 3. Ética I. Flávia Priscila Souza Tenório. II. Discutindo os direitos infanto-juvenis numa perspectiva transversal: estratégias para melhorar a relação professor-aluno e a indisciplina em sala de aula.

